



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LÍVIA AURÉLIA DE ALMEIDA DUARTE

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA
INTERDISCIPLINARIDADE:** relato de Experiência de Estágio Obrigatório no Centro
de Referência de Assistência Social - CRAS Palmeira.

**CAMPINA GRANDE
2023**

LÍVIA AURÉLIA DE ALMEIDA DUARTE

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA INTERDISCIPLINARIDADE: Relato de Experiência de Estágio Obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Palmeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ms. Thereza Karla de Souza Melo

CAMPINA GRANDE- PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D812t Duarte, Livia Aurélia de Almeida.

O trabalho do assistente social na perspectiva da interdisciplinaridade: relato de experiência de estágio obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Palmeira [manuscrito] / Livia Aurélia de Almeida Duarte. - 2023.

28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Interdisciplinaridade. 2. Assistência social. 3. Serviço social. 4. Trabalho interdisciplinar. I. Título

21. ed. CDD 362.1

LÍVIA AURÉLIA DE ALMEIDA DUARTE

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA INTERDISCIPLINARIDADE: relato de experiência de estágio obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Palmeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 07/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Thereza Karla de Souza Melo

Prof^a Me. Thereza Karla de Souza Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Pontes de Souza

Prof. Me. Maria do Socorro Pontes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sônia Maria Araújo

Sônia Maria Araújo
Assistente Social CRAS Palmeira

Aos meus pais, os meus maiores incentivadores, pela dedicação nos cuidados, pela educação que me deram, pelo companheirismo, amizade, e por serem, principalmente, a minha verdadeira fonte de força, esperança, sabedoria, DEDICO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EIXO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10	
2.1 O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS	11
2.2 Assistência Social: Um breve resgate histórico	13
2.3 A Assistência Social pós Constituição Federal de 1988	14
3. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR	17
3.1 A Interdisciplinaridade no Sistema Único de Assistência Social	18
4. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PALMEIRA	
22	
4.1 Histórico da Instituição	24
4.2 Atuação do Assistente Social	23
4.3 Experiência do Trabalho Interdisciplinar	25
5 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	29

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA
INTERDISCIPLINARIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CRAS PALMEIRA.**

**THE WORK OF THE SOCIAL WORKER FROM THE PERSPECTIVE OF
INTERDISCIPLINARITY: REPORT OF THE EXPERIENCE OF A MANDATORY
INTERNSHIP AT THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER – CRAS
PALMEIRA.**

Lívia Aurélio de Almeida Duarte^{1*}

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca do trabalho do assistente social na perspectiva da interdisciplinaridade a partir da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no bairro das Palmeiras, no município de Campina Grande (PB), no período de agosto de 2022 a junho de 2023. Como objetivos específicos pretende-se refletir sobre a atuação do assistente social no CRAS e a importância da interlocução com outros profissionais no cotidiano do seu trabalho. Este trabalho apresenta um breve contexto histórico da profissão até os dias atuais, expondo um pouco sobre o serviço social e a interdisciplinaridade, a atuação do assistente social no eixo da assistência social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, buscando refletir sobre a dimensão profissional e a necessidade da interdisciplinaridade em seu cotidiano, considerando as complexas expressões da questão social. A partir do uso de metodologia qualitativa, a pesquisa abordou, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e observação em campo de estágio, a perspectiva da interdisciplinaridade nos Centros de Referência de Assistência Social. Objetiva-se indagar como se dá a atuação dos profissionais no CRAS enquanto um equipamento de proteção social, e como se faz presente a construção de saberes e práticas interdisciplinares decorrentes da relação dialógica entre as áreas que estão inseridas nesse contexto. Conclui-se que a relação com outros profissionais deve ser fortalecida para que o trabalho realizado seja mais consistente e os serviços prestados à população sejam mais qualificados.

Palavras-Chave: Assistência Social; Serviço Social; Trabalho Interdisciplinar.

^{1*} Aluna do Curso de Graduação em Serviço Social da UEPB. E-mail: livia.duarte@aluno.uepb.edu.br

ABSTRACT

This article aims to reflect on the work of social workers from the perspective of interdisciplinarity based on the experience of the internship field, CRAS Palmeira, providing a discussion about the work of social workers in the area of social assistance and the dialogue between the profession and the instrumentality. Presenting a brief historical context of the profession to the present day, explaining a little about social service and interdisciplinarity, the role of the social worker in the social assistance axis Social Assistance Reference Center – CRAS, seeking to reflect on the professional dimension and the need for interdisciplinarity in their daily lives, considering the complex expressions of social issues. Using qualitative methodology, the research addressed, through bibliographical research and observation in the internship field, the perspective of interdisciplinarity in Social Assistance Reference Centers. The objective is to investigate how professionals work in CRAS as a social protection equipment, and how the construction of interdisciplinary knowledge and practices resulting from the dialogical relationship between the areas that are included is present.

Keywords: Social assistance; Social service; Interdisciplinary work

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Palmeira, no período de agosto de 2022 a junho de 2023 e uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho do assistente social e a interdisciplinaridade.

A escolha da temática trabalhada nesse artigo – o trabalho interdisciplinar – foi ocasionada pela observação e atuação nos diversos serviços ofertados pela instituição como as visitas domiciliares e as ações ofertadas pela instituição, onde a interdisciplinaridade tinha mais evidência pela troca entre os profissionais, como também com os debates sobre o tema em sala de aula com a disciplina de Instrumentalidade. Com isso, o interesse sobre essa temática cresceu ao longo de toda a minha trajetória dentro do estágio supervisionado obrigatório.

Conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS, 2006), a equipe de trabalho referenciada de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) deve ser constituída de forma multidisciplinar ou multiprofissional sendo apresentada em seu quadro funcional básico: técnicos de nível superior (assistentes sociais, psicólogos, e outros profissionais que compõem o SUAS, podendo ser um pedagogo por exemplo) e técnicos de nível médio (auxiliares administrativos e cuidadores). A forma de trabalho proposta pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) sugere que seja construída de forma que o profissional tenha uma visão mais ampla para compreender a realidade.

Esta metodologia de trabalho está baseada nas seguintes diretrizes metodológicas do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) contidas neste mesmo Manual de Orientações Técnicas (Op. cit, p. 29-30):

- Desenvolver um trabalho interdisciplinar (psicologia e serviço social) com uma compreensão de que a família atendida deve ser abordada na sua totalidade; - Abordar no trabalho interdisciplinar: questões de gênero, orientação sexual e étnica, fortalecendo os direitos de cidadania [...].

Dessa forma, trabalhar, analisar e discutir a interdisciplinaridade busca entender e ampliar a troca do assistente social e do psicólogo, uma vez que os papéis de ambos são inteiramente importantes na contribuição do suporte necessário para os usuários, como dentro da equipe multiprofissional. Tendo como objetivo geral descrever o trabalho do assistente social na perspectiva interdisciplinar a partir das observações e vivências do estágio no campo da proteção social básica, com o intuito de contribuir na reflexão das possibilidades de abordagem interdisciplinar na atuação do assistente social.

Ao pensar em como compreender a atuação interdisciplinar e sua materialização na equipe e no processo de trabalho do assistente social, foram listados como objetivos específicos:

1. Analisar as concepções teóricas vigentes sobre a interdisciplinaridade;
2. Expor fundamentos teóricos e metodológicos sobre a interdisciplinaridade;
3. Apresentar relatos e experiências de acordo com a vivência de estágio supervisionado obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social.

Para a construção do artigo, foi utilizada a pesquisa de natureza bibliográfica e documental, a qual consiste em reunir e sintetizar as produções literárias sobre o tema de interesse, fornecendo uma breve revisão dos saberes e assuntos de estudos experimentais e contribuições científicas precedentes (Gil, 2002). Essa modalidade de pesquisa tem como finalidade estabelecer uma análise de documentos a fim de consolidar os referenciais teóricos básicos para a análise do tema escolhido. Além das observações do estágio, onde surgiu a vontade de estudar sobre o tema, no intuito de entender a interdisciplinaridade na prática, para além da sala de aula, como os desafios relacionados à construção do trabalho de forma interdisciplinar.

Neste artigo inicialmente abordamos de forma breve a política de assistência social no Brasil e a atuação do assistente social na área; em seguida tratamos a interdisciplinaridade e sua importância para a atuação do assistente social no âmbito da política de assistência social, e, por fim, apresentamos o CRAS Palmeiras e as reflexões sobre a interdisciplinaridade a partir das observações em campo de estágio.

2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EIXO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A trajetória das políticas sociais no Brasil apresenta uma singularidade em relação às outras democracias contemporâneas. Assim, o debate e o balanço sobre as práticas profissionais ligadas à área social, especificamente, o Assistente Social, apresenta enfrentamentos com relação à configuração da realidade que se expõe no Brasil através das políticas públicas. É indiscutível que a pobreza se expõe em todas as expressões, do menor ao maior grau, com isso, é necessário tratar e reconhecer suas mudanças como questão social, sendo produto dessa divisão social desigual estabelecida na sociedade brasileira.

Dessa forma, o início e o desenvolvimento do serviço social como profissão está ligado às emergências das necessidades da sociedade capitalista e seus métodos de regulamentação da sociedade e a reprodução dominante. Com isso, a institucionalização do serviço social se desenvolve em um quadro contraditório, atravessado por processos sociais, políticos e econômicos, que retrata as relações sociais na sociedade capitalista.

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então, que a

atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional [...] A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. (Netto, 2011, p. 73-74).

Logo, a gênese do serviço social é historicamente frisada pela divisão social do trabalho, que está profundamente ligada às formas expostas pelos conflitos da classe dominante com a classe dominada no combate à questão social. As

instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais geridas pelo Estado estão diretamente ligadas ao processo de institucionalização do Serviço Social, pois foram elas que possibilitaram o crescimento do mercado de trabalho para os assistentes sociais como técnicos especializados.

Em vista disso, a profissão de Serviço Social aparece de maneira histórica sendo projetada pelo Estado. No Brasil, a classe profissional, na sua maioria, é composta por funcionários públicos, que trabalham no planejamento, formulação e execução das políticas públicas sociais (saúde, educação, habitação, assistência social...).

2.1 O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS

A política de Assistência Social se funda como um dos eixos mais favorecidos da atuação profissional. Simultaneamente à implementação da política de Proteção Social, a assistência social emerge como uma das estratégias fundamentais para lidar com as repercussões da questão social no cenário atual.

O enfrentamento às expressões da questão social através da implementação de políticas sociais é fruto da reação dos trabalhadores frente às precárias condições de vida e de trabalho que marcaram o fim do século XIX e início do século XX. Apresentam a finalidade de garantir quadros favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e respondem tanto às necessidades do capital quanto do trabalho.

Compreender o vínculo entre a questão social², as políticas sociais e a profissão de Assistente Social, implica considerar que uma das maneiras de lidar com os desafios da questão social ocorre por meio das políticas públicas, e o profissional de Serviço Social também desempenha um papel fundamental para a sua execução. Atualmente, enfrentar as mazelas causadas pelo sistema capitalista envolve o uso das políticas sociais, tornando-as elementos essenciais para a atuação dos profissionais da assistência social.

Ao longo da história, perdura a associação das políticas públicas de controle do Estado e sua execução com a profissão de serviço social, e nos dias que correm este é o maior responsável pelo crescimento do mercado de trabalho profissional. Vale destacar que as mudanças afetadas pela contemporaneidade no mundo do trabalho e seus processos abalaram remarcações profundas nas políticas, programas e serviços sociais ofertados pelo Estado, provocando novas demandas para os profissionais da área da assistência social no meio das políticas sociais.

Ao abordar a política social como política de proteção social não contributiva no Brasil como forma de enfrentar as expressões da questão social oriundas do sistema capitalista, reitera-se que ela se estabelece na área de atuação dos assistentes sociais. De acordo com Silveira (2009), a gestão e operacionalização da assistência social requer perfis profissionais capazes de implementar ações que partam da análise crítica sobre a particularidade da questão social. Dessa forma, o

² A questão social desde sua gênese reorganiza grandes processos de transformações dentro da sociedade ocorridos principalmente no século XIX. Esse termo “questão social” refere-se aos obstáculos socioeconômicos enfrentados pela classe trabalhadora no advento da industrialização. Ao longo do tempo, a questão social evoluiu, incluindo novas proporções e desafios na contemporaneidade, como a globalização e as transformações tecnológicas e as relações de trabalho.

trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social dispõe uma significância pública na vida da população.

A política de assistência social de maneira histórica esteve diretamente relacionada com a filantropia e a caridade, porém, com a Constituição Federal de 1988, a visão da Assistência Social no Brasil foi reformulada. Ao ser incorporada ao escopo da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, essa política social pública passou a adentrar um novo domínio: o domínio dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS estabeleceu um paradigma inovador para a política de assistência social, integrando-a ao sistema de bem-estar social do Brasil, juntamente com a saúde e a previdência social, formando assim um triângulo estrutural.

Vale pontuar principalmente que, com a fundação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cresceu de maneira expressiva o mercado de trabalho para o Serviço Social, ainda que a política de assistência social seja uma área de trabalho interdisciplinar e multiprofissional. Segundo pesquisa realizada pelo CFESS (2005), sobre o perfil dos assistentes sociais, identificou-se que majoritariamente os assistentes sociais são funcionários públicos.

Ao expor sobre a terceirização do setor público (estados e municípios) como modalidade para admissão de profissionais assistentes sociais para a prestação dos serviços assistenciais, Raichelis (2009) diz:

[...] a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas (Raichelis, 2009, p. 384).

Dessa forma, o assistente social como profissional no SUAS, está inserido em uma gama de contradições, visto que se mostra grandes avanços no âmbito da assistência, do mesmo modo que se coloca desafios e uma conjuntura divergente. Porém, mesmo diante desses desafios, a atuação do assistente social na política de assistência social, supera a abordagem tradicionalista conservadora e institui os profissionais a implantar ações que operem diretamente no núcleo da questão social, de acordo com suas particularidades, fortalecendo a política pública, a proteção social e a democratização social.

2.2 Assistência Social: Um breve resgate histórico

O caminho das políticas assistenciais no Brasil mostra algumas especificidades em relação ao processo de sua gênese e firmamento dos sistemas de proteção social passado por países capitalistas no ocidente. É plausível afirmar que, na sociedade em que vivemos, a integração da questão social pela agenda

governamental também é estimulada pelo desenvolvimento do trabalho assalariado. Dessa forma, essa inclusão se deu de forma distinta.

A assistência social no Brasil somente até 1930, expressou um caráter proeminente filantrópico, no qual as iniciativas e ações ficavam sob função de solidariedade da sociedade, mais especificamente dos segmentos religiosos. Ou seja, nesse período a pobreza era entendida como uma disfunção social individual, e não como uma expressão da questão social.

Todavia, o gradativo processo de industrialização que foi iniciado no fim do século XIX e início do século XX, especialmente em São Paulo, contribuiu fortemente para a alteração desse quadro. A questão social começa a ter o seu reconhecimento no campo das políticas públicas em meados de 1923, com a criação da lei Elói Chaves, que é vista como um marco do sistema previdenciário no Brasil.

Com o golpe de Estado na década de 1930, o período comandado por Getúlio Vargas estabelece uma nova abordagem para a questão social, onde as respostas são categóricas para conter as agitações dos operários que ocorriam desde os anos anteriores. De antemão, em 1930 tem-se a formação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com isso, foi criado um conjunto de legislações que buscavam decifrar as inquietações estabelecidas pela relação capital x trabalho no quadro do processo de industrialização no país, posteriormente, ordenada, na legislação trabalhista, previdenciária e trabalhista (Cohn, 1981).

Dessa forma, o nicho da assistência inicia uma configuração que visa programar a ação governamental para as prestações de serviços, como ferramentas políticas para o enfraquecimento das tensões sociais. De início, essa metodologia é impulsionada pela igreja católica, tendo como finalidade estimular uma participação mais ampla por parte da igreja no âmbito social, como meio de garantir um lugar estratégico no cenário de redefinição das relações com o Estado.

Ainda na década de 1930, o governo brasileiro buscava empregar diversas medidas. No campo institucional, a primeira foi a lei nº 2.497 de 24/12/1935 do Departamento de Assistência Social de São Paulo, que em suas atribuições pode-se evidenciar um monitoramento de todas as ações de assistência e proteção social.

Instituiu-se, em 1938, no decreto nº 525, a organização do Serviço Social como serviço público, respondendo aos instrumentos da Carta Constitucional de 1934, que determinava a responsabilidade do Estado em garantir assistência e proteção social. Em escala federal, as novas funções seriam realizadas por meio do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), porém, mesmo com inúmeras tentativas de reiteração, o CNSS não conseguiu estabelecer uma tática para desempenhar de maneira plena as políticas públicas voltadas à classe mais carente da população e suas atribuições, efetivamente, passaram a ser realizadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), considerada a primeira grande instituição nacional de assistência social no Brasil (Iamamoto e Carvalho, 1996).

A LBA foi criada na circunstância de participação do país na Segunda Guerra mundial, buscando oportunizar assistência às famílias das quais os homens, chefes do lar, encontravam-se no conflito armado. A partir de 15 de outubro de 1942, por meio do Decreto-lei 4.830, a LBA começa a ser conhecida como um órgão de cooperação com o Estado no âmbito da assistência social, onde o seu comando era destinado às primeiras damas da República. Também nesse período, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Apenas a partir da década de 1950 a assistência ganha uma nova relevância no discurso governamental, visto que, além de promover programas sociais voltados à população de extrema pobreza e ofertar serviços sociais básicos, abrange

também, sob o amparo da ONU, os programas de desenvolvimento comunitário oferecidos às comunidades e regiões com problemas socioeconômicos estabelecidos.

Na etapa que se sucede ao golpe de 64 essa tendência será mantida no campo das políticas sociais, reforçando-se, contudo, o caráter autoritário de nossa estrutura administrativa – extremamente burocrática e centralizada – e uma postura autossuficiente e formalista por parte do Estado, na qual o planejamento aparece como “técnica de consenso social”, e os técnicos como conhecedores “das necessidades e interesses das classes subalternizadas”, tornadas, mais uma vez, “objeto passivo dos *benefícios* que ilusoriamente lhes oferecem com antecipação a suas necessidades (Costa; Vita; Parlon, 1998, p. 12)

Assim, a transformação mais considerável no caminho da assistência social pública acontece apenas com o fim do regime autoritário, mais especificamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que fundou esse campo como um dos fundamentos da seguridade social, reforçando a dimensão social da cidadania e da universalidade dos direitos.

2.3 A Assistência Social pós Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 estreou uma nova referência para a Assistência Social, trazendo uma configuração de política pública de proteção social, estabelecendo junto com a Saúde e a Previdência, o tripé da Seguridade Social brasileira. Assim, a Assistência é reconhecida como um direito social e dever do Estado na sua prestação. Essa ideia quebra de maneira substancial com o sentido marcado historicamente no percurso da Assistência Social no Brasil, como algo clientelista, caridoso, assistencialista e focalizado.

A Assistência Social foi regulamentada apenas em 1993, pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que estabelece a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, na qualidade de política social não contributiva, fornecendo os mínimos sociais, feita por meio de um agrupamento de ações de determinação pública para garantir o suporte às necessidades básicas. A política de Assistência Social tem como finalidade a proteção à infância, à velhice, à maternidade, à família; à impulsão e integração ao mercado de trabalho, à habilitação das pessoas portadoras de deficiência e o impulso de sua adaptação à vida em sociedade.

Na política de assistência social, o impacto foi ainda mais relevante em função da sua tradição de não política e do caráter privado do assistencialismo fortemente arraigado nas práticas sociais de entidades e organizações assistenciais, mas também de governantes e representantes do poder político institucional, traduzindo a “sociabilidade do favor” como moeda de troca das relações sociais entre dominantes e dominados. Daí o grande desafio, que permanece até hoje, de a assistência social constituir-se como política e realizar-se como pública (Raichelis, 1998, p.14)

Evidencia-se que a normatização da LOAS não eliminou os desafios para a consolidação da assistência social como política pública no país, dado que o caminho foi marcado por contradições, determinadas por excessivas mudanças

societárias que se apresentaram na lógica contrária ao projeto de ampliação da cidadania. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS apenas foi instituída em 2004, marcando sua “especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas pelos brasileiros” (BRASIL, 2004, p. 33).

Porém, é necessário destacar que a ofensiva neoliberal na Política de Assistência Social no Brasil tem um vínculo profundo no contexto das transformações econômicas e políticas que marcaram e marcam o país nas últimas décadas. No decorrer da ditadura militar, as políticas sociais foram marcadas por autoritarismo e assistencialismo, sem prover de maneira efetiva a inclusão social. A redemocratização e a Constituição Federal de 1988 trouxeram avanços significativos no que diz respeito aos direitos sociais, contudo, o crescimento do neoliberalismo impõe uma visão que busca a redução do papel do Estado na garantia dos direitos sociais, defendendo a supremacia do mercado.

E é nesse cenário que a ofensiva neoliberal na política de assistência reduz investimentos públicos, flexibiliza as leis trabalhistas e promove políticas que privilegiam a participação do setor privado. A lógica neoliberal enfatiza a eficiência do mercado e, muitas vezes, desconsidera as dimensões sociais e as demandas de grupos historicamente vulneráveis. Isso impacta diretamente a qualidade e a abrangência dos serviços sociais, comprometendo a eficácia das políticas de assistência social e ampliando as desigualdades sociais. A resistência a essa ofensiva passa pela defesa de uma política de assistência social comprometida com a justiça social, a equidade e a garantia de direitos fundamentais para todos os cidadãos.

Desse modo, na perspectiva de consagração dos direitos sociais, a materialização da Assistência Social no fundamento de um sistema orgânico, descentralizado e participativo, converteu-se em uma política de estratégias, estruturada por uma rede de programas, serviços, projetos e benefícios, de cunho eventual ou permanente e sob a garantia de desempenho do indivíduo no segmento de implementação das suas ações. Com isso, firma-se a oportunidade do rompimento com a negação de direitos e o assistencialismo focalizado, ressignificando a participação da sociedade civil.

A proteção social básica tem como objetivo precaver ocorrências de risco através da evolução das competências e aquisições, e a fortificação de vínculos familiares, como também da comunidade. É destinada à população que vive em condição de vulnerabilidade social derivada da pobreza, privação de renda e, ou, fragilização de vínculos afetivos, seja relacionado ao sentido de pertencimento social ou outros. Ainda, “os programas e projetos são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS. Vale destacar o Programa de Atenção Integral à Família– PAIF que, pactuado e assumido pelas diferentes esferas de governo, surtiu efeitos concretos na sociedade brasileira.” (BRASIL, 2004, p. 35).

Dessa maneira, os serviços, programas, projetos e benefícios da proteção básica precisarão da articulação com as políticas específicas das localidades, garantindo a sustentabilidade das ações elaboradas, como também o protagonismo do público atendido, a fim de superar as condições de vulnerabilidade e prevenir acontecimentos que possam significar risco. Ainda, na mesma linha, deve-se acordar aos serviços de proteção especial. A Assistência Social constitui-se em um sistema que tem em seu objetivo principal a proteção social, dessa forma:

os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. (BRASIL, 2004, p. 36).

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS localiza-se em áreas de grande vulnerabilidade social, focaliza-se na execução de serviços de proteção social básica, constitui e sistematiza o agrupamento de serviços socioassistenciais para a política de assistência social. O CRAS opera em famílias e indivíduos na sua condição enquanto comunidade, objetivando o impulso e a convivência familiar. Nessa linha, o centro de referência é responsável pelo PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias). O compromisso com as famílias na atenção básica leva em conta garantir a proteção e socialização de todos os membros, a construção de vínculos afetivos, identidade coletiva, além de mediar relações entre os membros com outras instituições. Além da responsabilização do processo do PAIF, seguindo a orientação teorizada, reconhecendo as variações, e as particularidades de cada grupo familiar, a equipe necessita ofertar informações e orientações para a população que abrange o seu território, assim como sistematizar com a rede de proteção da sua localidade, referindo-se aos direitos da cidadania, mantendo uma relação direta com os seus usuários.

Igualmente, é realizado, de acordo com orientação da gestão municipal de Assistência Social, um mapeamento e esquematização da rede socioassistencial de proteção básica do município para oportunizar às famílias o acesso aos serviços locais. Ainda, busca promover o direcionamento da população para as demais políticas, oportunizando o avanço das ações intersetoriais que têm o objetivo de romper o ciclo do processo de exclusão social e a violação de direitos.

Assim como o PAIF, os serviços ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social buscam ofertar uma rede de serviços que visam a convivência, a socialização e o acolhimento das famílias e da comunidade. Programas de inclusão, Centro de Convivência para Idosos, Grupos de fortalecimento de vínculos para crianças, Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, programas e projetos voltados ao protagonismo jovem e educação para o trabalho direcionados a jovens e adultos, são exemplos de serviços que fortalecem vínculos familiares e dignidade individual.

3 O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Com a divisão sociotécnica do trabalho e o surgimento de novas profissões originadas pela subdivisão do saber, as atividades profissionais necessitavam cada vez mais de especializações, uma vez que as habilidades isoladas não conseguiam responder às demandas e as profundidades dos problemas da atualidade. Com isso, vem ganhando força desde a década de 1960, a discussão sobre a interdisciplinaridade como forma de intervenção no Serviço Social, que se entende como uma percepção de observação e intervenção na realidade, que se expressa como uma das diretrizes para atuação profissional no âmbito das políticas públicas, dentre ela a assistência social, e com isso percebe-se que:

[...] a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. [...] Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (Rodrigues, 1998, p. 156)

Assim, a interdisciplinaridade refere-se à necessidade de superação de uma forma de produção de conhecimento segmentado, continuador de um ponto de vista reducionista que acomodou parte da ciência moderna. Minayo (1994; 2010) reflete que o crescimento da ciência, como prática social aconteceu de forma excessiva, acarretando efeitos claros na ordem social. E que o aparecimento de novas disciplinas vistas em campos vigentes, aconteceu graças as necessidades das inconstantes mudanças globais.

Ainda, Minyao (2010) expressa que a interdisciplinaridade estabelece um vínculo com outras disciplinas em que o objetivo principal é a finalidade, o problema ou o tema composto, no qual não seja suficiente apenas a resposta de uma única área do conhecimento. Quando abordamos sobre a interdisciplinaridade dispomos entender que na presença de um objeto concreto, constantemente se trabalha com fragmentos disciplinares ligados ao questionamento principal, com o objetivo de entendê-lo de forma acentuada. Indubitavelmente, a colaboração interdisciplinar deve acontecer por meio da comunicação com a realidade e o mundo baseado nas vivências do sujeito social. Dessa forma, carece as disciplinas mobilizar-se para formar uma abordagem que dispense da delimitação do problema a ser investigado, porém, sobretudo, da perspectiva ético-política que orienta tal análise e intervenção.

Mesmo com um grande período de discussão sobre o tema, existe uma grande dualidade sobre a questão da interdisciplinaridade, pois não existe uma unanimidade referente ao método de trabalho, sobre a prática ser adequada e eficaz. Nas produções bibliográficas encontra-se obras apontando suas críticas como também obras que apontam sua competência no fazer profissional. Porém, o estudo da interdisciplinaridade na profissão é um assunto de extrema importância, dado que essa tendência está atrelada à profissão e muito se confunde o real sentido do conceito interdisciplinar.

A interdisciplinaridade possui um traço complexo, onde basicamente desenvolve sua instrução a contar de duas abordagens diferentes, que mesmo tendo uma correlação dispõem de objetivos distintos. De acordo com Nogueira (1997), a primeira abordagem está associada ao conhecimento e sua evolução, onde aparece “como um novo princípio de conhecimento” (p. 43), pois afasta-se das barreiras entre as disciplinas. A interdisciplinaridade oportuniza a inserção de uma visão global e uma formação crítica. A segunda abordagem se refere à interdisciplinaridade como um método de trabalho, levando em conta uma influência interventiva, que surge da mesma convicção da primeira abordagem, porém atribuída aos problemas práticos.

Dessa forma, em concordância com Iamamoto (2003, p.20), em geral os grandes desafios que o assistente social defronta na atualidade é “[...] captar as novas mediações e requalificar o seu fazer profissional” e para isso, o profissional deve apoderar-se da interdisciplinaridade. Conforme Raichelis (2009, p. 41):

O trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propósitos de ação diante dos objetos comuns às diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas.

Minayo (2010) analisa que, ao assumir uma aproximação interdisciplinar, é fundamental que os trabalhadores sucedam uma reavaliação sobre o conceito com o qual se deseja trabalhar. Com isso, é interessante conduzir a discussão dos conceitos de cada área, efetuando uma reflexão acerca das técnicas de produção do conhecimento realizados, bem como as práticas decorrentes. Referindo-se a uma nova forma de execução, tanto da forma da produção de conhecimento, mas indubitavelmente na atuação das intervenções profissionais.

Quando se discute interdisciplinaridade é essencial diferenciar alguns conceitos que apresentam ligações semelhantes como: a multidisciplinaridade; a pluridisciplinaridade; e a transdisciplinaridade. A multidisciplinaridade define-se como um método de trabalho que sucede de forma única, com trocas mínimas com outras disciplinas; a pluridisciplinaridade se identifica como a forma de agregar as disciplinas aplicadamente com ajuda uma das outras, porém cada profissional decide de maneira singular como proceder; e a transdisciplinaridade é definida como o gerenciamento realizado por todas as disciplinas (Vasconcelos, 1997).

A interdisciplinaridade apresenta-se, logo, como maior colaboração e articulação, de forma que todo o saber seja aproveitado e reconhecido de acordo com as relações profissionais e de propriedade das dinâmicas da profissão, com base no diálogo entre as profissões. Nesse entrosamento e relação entre as inúmeras áreas do conhecimento, é necessário ter a atenção com a autonomia e a forma específica de atuação de cada uma das áreas trabalhadas, para que não sofra adulteração no processo.

3.1 A Interdisciplinaridade no Sistema Único de Assistência Social

Seguindo do ponto de que a interdisciplinaridade atua no cenário de articulação dos saberes, como uma ferramenta necessária para as necessidades do mundo do trabalho, seria irreal a profissão de assistente social não se interligar com essa ideia, pois o serviço social está inteiramente ligado às demandas referentes ao mundo do trabalho. Dessa forma, a profissão designa-se como uma área construtiva para o desenvolvimento dessa predisposição, visto que a interdisciplinaridade se dá de maneira existente na formação da percepção profissional e segue em evidência nas relações profissionais. E, de acordo com Rodrigues (1995, p.157)

Entendendo-se a interdisciplinaridade como uma “postura profissional” e “princípio constituinte da diferença e da criação” compreender-se-á que o Serviço Social – uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, em um movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática – é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com o discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto implica romper com dogmatismos muitas vezes cultivados no interior da profissão.

De acordo com Frigotto (2008), a criação do conhecimento e atuação profissional, conceitua a interdisciplinaridade como uma obrigatoriedade humana e não como uma mera concepção.

Quando se refere à interdisciplinaridade como uma perspectiva profissional para o assistente social, é importante mencionar o debate sobre o projeto ético-político do serviço social e os fundamentos estabelecidos no mesmo. O projeto ético-político está vinculado a um plano que visa a transformação da sociedade, sugerindo o reordenamento social. E, segundo Netto: “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) de concretizá-la” (Netto, 1999, p. 93).

Assim, os projetos profissionais estão posicionados e alinhados aos interesses da classe trabalhadora, buscando a garantia de direitos, justiça social e igualdade, visando construir valores que legitimam e priorizam os propósitos desses sujeitos. Ou seja, o projeto ético-político está articulado com uma dimensão técnica, prática, ética e teórica que se manifesta no fazer profissional de acordo com o posicionamento do assistente social e tem como materialização a partir do comportamento do profissional.

Além disso, o projeto ético político da profissão tem como principal foco a liberdade como uma perspectiva de escolha. Ainda, tem compromisso com autonomia da profissão e com a independência dos indivíduos sociais. A importância do projeto ético-político é em prol da equidade social, universalizando o acesso aos programas sociais, consolidando e visando a garantia de direitos sociais. Assim, o Serviço social na atualidade tem o dever de comprovar sua criticidade, quando se analisa a realidade, a fim de sanar todos os discursos de cunho conservador.

Para compreender e responder às concepções da profissão vale considerar inevitavelmente a necessidade de uma movimentação política capaz de proceder na interdisciplinaridade, pois a mesma é fundamental para pautas voltadas à profissão. Além de assegurar que, para tornar-se efetiva a interdisciplinaridade na profissão, é importante assimilar que o Assistente Social não se encontra isolado de outras profissões e para perceber e responder a profundidade dos problemas sociais, necessita da criação de redes interdisciplinares.

De outro modo, entender a interdisciplinaridade como postura é também entender as barreiras da profissão em sua atuação.

Certamente, a prática da interdisciplinaridade na parceria entre Psicologia e Serviço Social, no âmbito do SUAS, juntamente com outros agentes sociais, é crucial para enfrentar as diversas manifestações da questão social. Essa abordagem não apenas influencia, mas desafia os padrões estabelecidos na produção do conhecimento nessas áreas, visando superar as barreiras historicamente construídas ao longo do tempo.

De acordo com o que já foi expresso no decorrer deste trabalho, entende-se que a interdisciplinaridade pode intensificar o trabalho produzido pelos assistentes sociais e psicólogos na área da Política de Assistência Social. Essa linha de atuação, é também indicada por registro que configura a atuação profissional (CEFESS), ao captar que:

As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual (CFP/CEFESS, 2007, p. 38).

No campo da interdisciplinaridade, os profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e políticas, como: Esporte e Lazer, Saúde, Educação, Habitação, Segurança e a Assistência Social agregam-se e discutem métodos e técnicas eficazes para a colaboração no protagonismo da comunidade, família ou indivíduo.

É essencial destacar que o processo do trabalho interdisciplinar, que acontece no SUAS, é entendido por meio das mediações fundadas pela própria política. Assim, apesar de aceitar que a interdisciplinaridade consiga reger as ações na área da assistência social, é necessário refletir sobre os desafios que ainda são presentes para que as barreiras sejam quebradas no campo da política, e que a interdisciplinaridade de fato aconteça de forma efetiva.

Seguindo essa linha, evidencia-se que o processo da idealização de uma ação interventiva no âmbito da proteção social, CRAS e CREAS é cruzada por uma sequência de contradições advindas da própria sociedade do modo de produção capitalista (MPC). A operação interventiva dos trabalhadores encontra limites estruturais e confronta questões profundas originadas das demandas da questão social. À vista dessa conjuntura, é primordial entender como a interdisciplinaridade, citada como uma concepção de observação e intervenção profissional pode ser materializada.

Os obstáculos em levantar um projeto formativo de cunho interdisciplinar será capaz de ajudar para os problemas sofridos pelos profissionais na área de trabalho. Ou melhor, não será incomum que os profissionais mostrem maiores dificuldade em produzir um conhecimento que esteja além da sua especialidade profissional, dado que essa experiência não lhe foi ofertada em sua formação. Não obstante que muitos profissionais ao adentrarem no SUAS, encontram-se em programas de trabalho que podem ir em contradição com o que lhe foi transmitido no seu processo de formação (Sentra & Guzzo, 2012). Os psicólogos podem analisar e intervir no que se refere aos problemas da “psique”, enquanto os assistentes sociais refletem e interferem no campo social (Sentra & Guzzo, 2012). Todavia, como ressalta Cordeiro (2018), e de acordo com o CFP/CEFESS (2007), cabe às duas áreas identificar as possibilidades de diálogos e de intercessões na totalidade. Desta forma, a autora argumenta que:

(o) psicóloga(o) precisa, por exemplo, aprender com a(o) assistente social a importância de perguntar em uma primeira entrevista se a família está cadastrada no Cadastro Único (CadÚnico) ou se possui algum benefício eventual, e a(o) assistente social precisa considerar a história da família e saber lidar com emoções. Intervir na fome ou no sofrimento não são funções privativas de nenhuma categoria profissional (Cordeiro, 2018, p. 170).

Barbosa e Brisola (2013) e Salgado (2015), frisam que os trabalhadores do SUAS, habitualmente compartilham da ideia do conceito de fortalecer o trabalho interdisciplinar, tal como demonstram abertos para a construção de metodologias de intervenção que sejam universais para as áreas participantes. Os assistentes sociais e os psicólogos dispõem-se com a interdisciplinaridade como um ponto de vista para compreender a realidade do usuário atendido pela política, para que desse modo, exista uma prática mais crítica e coletiva, ajudando na estabilização da política de assistência social.

Acentuando que a interdisciplinaridade não carece ser adotada como solução para todos os danos. Dessa forma, Mueller (2006) aponta a ameaça da admissão

desta categoria pelo próprio MPC, uma vez que “a interdisciplinaridade é invocada de maneira indiscriminada para a concretização de fins puramente instrumentais” (p. 209). Além do que, é fundamental dispor que não será a prática interdisciplinar que findará por si mesmo as mazelas provocadas pelo sistema capitalista.

Além do mais, o trabalho na assistência social, ao se efetivar no campo da sociabilidade capitalista, encara a lógica executada pelo mercado, que reflete claramente na operação do trabalho dos profissionais dos CRAS e CREAS.

Em frente de um investimento público insuficiente, e de consecutivas degradações próprias de uma conjuntura provocada pela agenda ultraneoliberal, os trabalhadores sociais da política de assistência social passam pela adversidade de construir o seu trabalho em circunstâncias divergentes e insuficientes, sendo geral uma demanda muito além do que se pode atender. Sofrem, constantemente, também, um forte processo, que determina consideravelmente o tempo de trabalho, de forma a que os horários para a realização de reuniões em equipe, bem como o encontro com as famílias e com a comunidade fica ainda mais restrito, sendo essas atividades importantes para a materialização de um trabalho interdisciplinar (Leão, Inocêncio & Angelim, 2018).

Com isso, os trabalhadores inseridos no SUAS carecem arriscar na produção de suas ações a partir da realidade tangível de quem é o usuário atendido pela política de assistência. Com base nisso, é admissível que as diferentes perspectivas profissionais sejam utilizadas para um melhor entendimento da vida da população em um determinado território.

Sabe-se, assim, segundo Silva (2011), que existe um grande desafio na efetivação do trabalho interdisciplinar, pois, como exposto no decorrer do trabalho, a maneira histórica como a assistência no Brasil foi constituída a partir de um caráter filantrópico e paternalista, faz perpetuar práticas que não fomentam o protagonismo e a autonomia do sujeito alvo das políticas de assistência. Portanto, a interdisciplinaridade, como já citado anteriormente, para ser concretizada nos CRAS e CREAS deve ocorrer, sobretudo, junto ao sujeito, ao grupo e/ou à família assistida, e não apenas entre os profissionais (Barbosa & Brisola, 2013).

Nesse segmento, os assistentes sociais e os psicólogos devem arriscar na construção de contribuições que se orientem pelo diálogo, participação e produção coletiva de escolhas frente aos desafios vivenciados na realidade na qual se engajam. Assim, a interdisciplinaridade poderá se conformar como uma coautora neste propósito, na medida em que venha a se evidenciar a partir do movimento profissional de fortalecimento da perspectiva ético-política que tenha como horizonte a construção da autonomia e a emancipação dos sujeitos de direito atendidos no âmbito do SUAS.

4 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PALMEIRA

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são instituições agentes dos serviços de proteção básica, tendo como objetivo operar com famílias e indivíduos em seu ambiente comunitário, propondo-se a orientação e a convivência sociofamiliar e comunitária, sendo executor da disposição e ordem da rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Dessa forma, necessitam ser estabelecidos em locais que favoreçam o acesso aos usuários que se encontram em vulnerabilidade social e os demais cidadãos que buscam informações sobre os seus direitos como tal (BRASIL, 2006).

A cidade de Campina Grande, localizada no interior da Paraíba, a 125 km da capital João Pessoa, está situada na região do agreste paraibano. Segundo o Censo de 2022, Campina Grande tem 419.379 habitantes e é a segunda maior cidade do estado, dispendo de onze (11) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo eles: CRAS Borborema; CRAS Galante; CRAS Zona Leste; CRAS Liberdade; CRAS Malvinas; CRAS Bodocongó; CRAS Palmeira; CRAS Pedregal; CRAS São José da Mata; CRAS São Três Irmãs e CRAS Aluizio Campos.

O CRAS onde realizamos o estágio obrigatório em Serviço Social foi o CRAS Palmeira, localizado no Bairro Jeremias, situado na Zona Norte de Campina Grande, rua Samuel Simoes, 481. E de acordo com a Secretaria de Assistência Social de Campina Grande - PB, sua área de abrangência cobre 13 bairros, dentre eles estão: Alto Branco, Conceição, Cuités, Jardim Continental, Jardim Tavares, Jardim Menezes, Jeremias, Lauritzen, Louzeiro, Monte Santo, Nações, Palmeira e Jenipapo. A localidade onde a instituição está inserida apresenta uma grande incidência da pobreza, onde a maioria da população não apresenta nenhuma renda mensal, sobrevivendo apenas através de benefícios e programas de transferência de renda (Bolsa Família e o BPC). Essa carência reflete na luta pela sobrevivência familiar e recai diretamente no trabalho efetivo do CRAS.

A estrutura física do CRAS é composta por: uma recepção ampla; uma sala conjugada para o serviço social e a coordenação do CRAS para atendimento de ambos; uma sala para a psicologia, uma cozinha, três banheiros, uma sala ampla usada para reuniões técnicas ou reuniões de grupos de convivência e uma despensa para guardar materiais.

Sobre a questão da sala conjugada do serviço social e da coordenação é uma demanda a ser analisada desde muito tempo na instituição, pois, o local de atendimento destinado ao assistente social precisa ser sigiloso, com materiais de acesso restrito aos assistentes sociais. Na instituição, quando o assistente social precisa realizar um atendimento, a coordenação e/ou os técnicos administrativos se retiram da sala para que o atendimento seja realizado da melhor forma possível, porém, muito dos materiais utilizados nos atendimentos ficam guardados na sala conjunta, não garantindo o acesso totalmente restrito apenas para os assistentes sociais.

Anteriormente, quando era situado em outro bairro de abrangência, o CRAS sofria por várias dificuldades estruturais, por ser um espaço residencial, pequeno e sem acessibilidade, onde na maioria das vezes o usuário que necessitava de rampas, por exemplo, precisava ser atendido em frente a instituição. Hoje, com o novo espaço mais amplo e adaptado, consegue atender de forma mais adequada a população usuária.

A falta de espaço na sala de serviço social também é um ponto a se observar, conforme a Resolução do CFESS nº 493/2006, que trata das condições éticas e técnicas da profissão, pois compromete diretamente o armazenamento de arquivos e de material técnico, colocando em risco o sigilo profissional, pois os materiais e arquivos em sua maioria, são armazenados na mesma sala que acontece os atendimentos do CRAS.

4.1 Histórico da Instituição

Fundado em 2004, o CRAS Palmeiras, foi nomeado inicialmente como CRAS do Jeremias, bairro onde era localizado inicialmente. A partir de 2018, o CRAS

mudou-se de localidade indo para outro bairro de abrangência, o bairro da Palmeira, onde permaneceu até o final de 2022, retornando para o Jeremias.

O CRAS visto como o ponto de partida do SUAS, tem como seu público alvo famílias em situação de risco social, oriundas da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, sem distinção de gênero, etnia, deficiência, idade, dentre outras como também usuários beneficiados pelo bolsa família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) também é responsabilidade do CRAS, no qual a família é tida como base da sociedade independentemente dos formatos e modelos que assume.

O CRAS dispõe de uma equipe para fortalecer os serviços que oferecem à comunidade, composta por coordenadora, duas Assistentes Sociais, duas Psicólogas, três vigilantes, uma cozinheira, uma recepcionista e uma auxiliar administrativo. Contendo também os educadores sociais dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes.

O assistente social tem um papel fundamental no CRAS, que é de potencializar a família como unidade de referência, mediando e intervindo através das políticas públicas, para que superem situações de vulnerabilidade em que se encontram.

Os recursos materiais para apoio da equipe são: dois computadores, todos eles possuem conexão para internet, uma impressora, telefone fixo e um carro disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para realização das visitas domiciliares, três vezes na semana (segunda, quarta e sexta). As visitas acontecem nos turnos da manhã, das 8h às 12h, mas podendo ocorrer visitas excepcionais no turno da tarde. Porém, muitas vezes acontecem empecilhos além do domínio do CRAS, como: falta de carro, falta de gasolina, pois a prefeitura disponibiliza apenas vinte litros de gasolina semanais para realização das visitas.

As principais atividades desenvolvidas no CRAS, segundo as assistentes sociais, são: projeto social com a comunidade, atendimentos individuais, visitas domiciliares e institucionais, ações comunitárias, busca ativa das famílias cadastradas, encaminhamentos, acompanhamentos, escuta psicológica e grupos de apoio.

O Serviço Social desenvolve atividades de formação humana e para a cidadania juntamente ao grupo de mulheres “Nova Esperança”, o grupo de gestantes e ao grupo de artesãs “Jóias Raras”, essas atividades ocorrem semanalmente, além do grupo de convivência de crianças e adolescentes com atividades duas vezes na semana durante o turno da manhã e à tarde. Os objetivos são pautados numa ordenação de estratégias de ações, por uma prática crítico-reflexiva, na iniciativa de intervir na realidade, ocasionando a participação dos usuários, bem como, a defesa dos seus direitos.

As principais demandas apresentadas ao CRAS Palmeira são: no contexto de pós crise pandêmica, a solicitação de benefícios eventuais, como as cestas básicas e o aluguel social, aumentou de maneira considerável, entendendo-se a relação da decadência do mercado de trabalho e da insegurança alimentar que abrange todo o país; além das demandas encaminhadas através do Conselho Tutelar, principalmente relacionadas à evasão escolar e ao trabalho infantil, como também risco de violência psicológica e física; através do CREAS, das Escolas que estão inseridas na área de abrangência; do Ministério Público e, também, através das demandas espontâneas.

Os principais instrumentos técnico-operativos utilizados no cotidiano dos profissionais do Serviço Social na instituição, a partir do observado no estágio e segundo as assistentes sociais, são: parecer social, livro de registro, visitas domiciliares, visitas institucionais, encaminhamentos, atendimento social, diário de campo e prontuário do SUAS.

4.2 Atuação do Assistente Social

A respeito da atuação profissional do assistente social dentro do CRAS, sabe-se que o assistente social exerce uma função fundamental no desenvolvimento das ações dentro da instituição. Sua atribuição está baseada em atividades dentro e fora da instituição, como a intervenção familiar e na comunidade por meio da sistematização própria da profissão. Sendo assim, o assistente social caracteriza-se no campo das relações entre o Estado e a sociedade contribuindo no processo de reprodução dos interesses do Estado e da conservação da ordem vigente, tendo a intenção de responder às demandas da classe trabalhadora.

Dessa forma, afere-se que o trabalho do Assistente Social no CRAS juntamente com a equipe de profissionais que compõem os técnicos de referência, deve pautar-se de acordo com classificação dos serviços socioassistenciais. Com isso, é de extrema importância que os profissionais da assistência social tenham o domínio sobre os direitos sociais, o trabalho, as atividades coletivas, como também a experiência da interdisciplinaridade que substancialmente atua de maneira eficiente, aproximando de maneira mais apropriada de uma realidade complexa.

O trabalho do assistente social no CRAS, articulado com os demais profissionais que compõem a política de assistência social, procura gerir as necessidades presentes na área de abrangência do equipamento social, no tentame de suprir as situações de risco, vulnerabilidades sociais, garantindo, assim, os direitos de seus usuários, bem como almejando o empoderamento das famílias.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), “compete ao assistente social da Política de Assistência Social, identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade, seus significados e formular respostas às mesmas para enfrentar as diversas expressões da questão social”. (p. 18)

Segundo a NOB/SUAS (2006), os princípios que regem a atuação profissional do Assistente social são:

A defesa intransigente dos direitos socioassistenciais; compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de vínculos ou laços familiares e sociais; promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende; proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade, opção e resgatando sua história de vida; o compromisso em garantir atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para a autonomia e sustentabilidade; reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda, e a programas de oportunidades para inserção profissional e social, dentre outros.

Porém, sabe-se que, infelizmente, a realidade encontrada atualmente nos CRAS faz com que os profissionais precisem defender seu campo de trabalho e suas atribuições profissionais, pois existem muitos obstáculos dentro do campo de atuação, fazendo com que o profissional busque condições necessárias para realizar o seu exercício profissional.

Dessa forma, o Assistente Social precisa de uma formação técnica, operativa com base na teoria crítica social, traçada nos avanços propostos pela legislação da profissão, em frente aos desafios encontrados no cotidiano da sociedade, uma vez que as relações sociais impostas pelo neoliberalismo afastam os usuários dos seus direitos.

Ainda, em meio a esses desafios e barreiras que precisam ser enfrentadas, é necessária a visão sistemática do profissional com objetivo de ser criativo, proativo e propositivo para conseguir a efetivação dos serviços da proteção social básica às famílias atendidas pelo CRAS.

4.3 Experiência do Trabalho Interdisciplinar

Este ponto irá relatar a experiência vivida no campo de estágio em relação ao trabalho interdisciplinar, abordando aspectos técnicos e de participação profissional junto ao atendimento familiar e comunitário. Vale ressaltar que o CRAS enquanto uma unidade socioassistencial possui uma equipe de técnicos da política social com responsabilidades na funcionalidade dos projetos e programas da rede de proteção básica do município.

Para analisar o trabalho profissional da equipe interdisciplinar dos CRAS Palmeira, formada por trabalhadores da equipe técnica, como assistentes sociais e psicólogos, colocando suas possibilidades e limites, é importante destacar as condições de trabalho como um todo, abrangendo todas as ações profissionais desenvolvidas.

Diante da experiência do estágio obrigatório no CRAS Palmeira foram observadas algumas dificuldades principais para a execução do trabalho profissional na instituição. A principal queixa certamente é a falta de recursos para eficácia do seu objetivo, prejudicando o desenvolvimento do diálogo com as demais políticas, setores e serviços que visam parcerias com a instituição.

Dessa forma, observa-se que a falta de condições de trabalho interfere diretamente na construção da interdisciplinaridade no âmbito da instituição por vários motivos, uma vez que se refere à incorporação de diferentes saberes profissionais na abordagem de um problema. Assim, as más condições de trabalho, falta de recursos, sobrecarga, podem impactar negativamente nesse processo.

A partir disso, pode-se refletir sobre as possibilidades do trabalho interdisciplinar, entendendo que a sua prática é uma quebra de correntes com o tradicional, uma desconstrução do que já foi estabelecido nos primórdios da profissão e necessita abordar as condições de trabalho, garantindo recursos adequados, promovendo uma cultura de colaboração, oferecendo treinamento e valorizando a importância da abordagem interdisciplinar para melhorar os resultados para os usuários dos serviços de assistência social. A interdisciplinaridade precisa da existência de profissionais formados que buscam conhecimento e visam criar formas de cooperar com profissionais parceiros de outra área de atuação.

O Estudo de Caso, a Visita Domiciliar e o PAIF são os principais instrumentos em que podemos observar a prática da interdisciplinaridade dentro do CRAS Palmeira. O Estudo de Caso é uma atividade que se faz presente no cotidiano da

instituição, sendo utilizada para o acompanhamento das famílias acompanhadas pelo CRAS. De acordo com o tema, a PNAS determina que as circunstâncias vivenciadas pelas famílias atendidas nos serviços e que necessitam discussões mais profundas da equipe multiprofissional para que tracem estratégias de acompanhamento para com esses usuários (BRASIL, 2012), sejam objeto de reuniões para o estudo de caso, sendo relatados como:

[...] momentos [que] tem como objetivo reunir a equipe para estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas, além de serviços da rede que deverão ser acionados, tendo em vista o aprimoramento do trabalho (BRASIL, 2011, p. 57).

A interdisciplinaridade entra como instrumento de ação para tentar solucionar as questões permanentes no caso, pois, busca a cooperação das áreas de conhecimento distintas, a fim de elaborar uma visão mais ampla a respeito do caso de acordo com suas metodologias e estratégias, tendo os objetivos particulares reservados, mas dialogando com o objetivo principal e comum entre ambas.

Sabe-se da importância da visita domiciliar como um instrumento técnico do Assistente Social desde os primórdios da profissão. De maneira breve, a visita domiciliar é a ida do profissional até o local de moradia dos usuários, com o objetivo de compreender as perspectivas cotidianas que muitas das vezes passam despercebidas no atendimento institucional. É importante destacar que a visita domiciliar não é uma atribuição exclusiva do assistente social, sendo também necessária a presença do psicólogo, por exemplo, para que a abordagem seja mais eficaz, visto que existem particularidades dentro de uma realidade vivenciada por uma família/usuário que o assistente social não será capaz de compreender de forma completa, pois perpassa da sua formação.

Porém, julga-se que a visita domiciliar é um instrumento difícil na rotina da assistência, visto que muitos profissionais, devido a precarização do trabalho, não estão aptos para exercerem essa técnica, levando como um recurso de checagem.

Conforme Salgado (2015), o PAIF se articula diretamente com o CRAS, tendo sua forma interdisciplinar de trabalho que visa capacitar os profissionais, por meio da troca e acordo de saberes, com o propósito de construir uma visão mais ampliada, designada pela quebra de paradigmas e assim estimular uma atuação e ações de particularidade abrangente, pois as famílias apresentam multiplicidade de questões. Dessa forma é viável a desconstrução de uma visão elitista, pautada em valores burgueses, sobre um social imobilizado e padronizado que historicamente foi nutrido ao longo do tempo em prol da manutenção dos interesses da elite, mas que vem sendo contestado pelas ciências sociais e por uma realidade sócio-histórica em constante transformação.

Assim, o trabalho interdisciplinar requer uma construção coletiva e cotidiana, para que a perspectiva de totalidade perpassasse as ações dos diversos profissionais que compõem os serviços. Conforme Eidelwein (2007):

...pode-se dizer que o olhar que cada um lança sobre a realidade diferencia as práticas profissionais. Diante disso, considerando que trabalhar com as expressões da questão social não é exclusividade do Serviço Social, assim como trabalhar com processos de produção de subjetividade não é exclusividade da Psicologia Social, qual a peculiaridade de cada área?

Trabalhar nas expressões da questão social implica trabalhar com fenômenos psicológicos? E trabalhar com fenômenos psicológicos, implica considerar as expressões da questão social? É possível “olhar” apenas para as situações de desigualdade e exclusão social sem “olhar” para os modos como os sujeitos significam tais experiências? É possível “olhar” para os significados que os sujeitos atribuem a suas experiências de vida sem “olhar” para as condições materiais de (re)produção da sociedade na qual se encontram inseridos?”. (Eidelwein, 2007, p. 308-309)

Nessa direção, o desenvolvimento de trabalhos em conjunto pode incluir: realização de visitas domiciliares e institucionais, reuniões de equipe e com usuários, ações socioeducativas, estudos de casos, dentre outras. Entretanto, deve-se observar as ações privativas de cada área profissional. A esse respeito cabe ressaltar a Resolução Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009, que “Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais”, a qual dispõe:

Art. 4º. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação.

Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

Parágrafo segundo - O assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

Parágrafo terceiro - No atendimento multiprofissional a avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas. (CFESS, 2009).

Diante do exposto, observa-se que o trabalho com outros profissionais, tão presente em diversos espaços socioocupacionais, não anula as atribuições privativas do assistente social e das demais especializações, devendo ser algo que fortaleça as especificidades de cada área, ao ampliar a perspectiva de análise e intervenção social.

5 CONCLUSÃO

As tendências do trabalho interdisciplinar no CRAS, caminha na direção do desenvolvimento de ações críticas, na direção da totalidade, possibilitando um desempenho mais eficaz, além de uma objetividade e um maior resultado nas soluções dos problemas trazidos pela população. No fim, para as áreas que atuam junto a problemáticas tão complexas, são importantes soluções que possam dialogar com os mais diversos aspectos dos desafios identificados. Apesar dos avanços notáveis na política de Assistência Social, especialmente no combate à pobreza e na articulação de soluções para serviços e procedimentos, persistem desafios complexos que demandam contínua reflexão e aprimoramento (Salgado, 2015).

O estágio supervisionado contribui no processo de formação profissional dos alunos de Serviço Social, uma vez que proporciona aos estudantes vivenciar experiências que auxiliam na apreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula. A cada demanda atendida, entende-se a importância da profissão para a comunidade, a responsabilidade perante o projeto ético-político da profissão e a exigências para um sistema que possibilite a profissão desenvolver-se de maneira plena.

A experiência de estágio também evidenciou os desafios da profissão ao atuar na assistência social como política pública, buscando contribuir com uma rede socioassistencial fortalecida e ligada intersetorialmente, e lutando por condições melhores de trabalho e a emancipação ou empoderamento dos assistidos.

A Psicologia e o Serviço Social, no contexto da assistência social, estão intrinsecamente ligados às diversas manifestações da questão social. Isso ocorre devido às desigualdades e à exclusão que têm origem nas condições de produção e organização da vida no sistema capitalista

Dessa forma, quando os profissionais atuam de forma interdisciplinar convém uma análise epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção do conhecimento coletivo. Ideia que, em muitos casos, fica disfarçado por meio das teorias, métodos e metodologias utilizadas. Admite-se, então, pensar, a partir da ideia epistemológica que ampara o trabalho interdisciplinar, quais teorias, métodos e metodologias favorecem e melhor proporcionam o processo de construção de saberes e ações que consistam alcançar o compromisso social das profissões em questão: a construção de melhores condições de vida por meio da garantia de direitos sociais, civis e políticos a partir dos quais se possa chegar à distribuição e não à concentração da riqueza social.

Os Códigos de Ética da Psicologia e do Serviço Social servem como bases históricas e políticas sobre o saber-fazer de cada uma das profissões diante do processo de articulação, tornando-se um desafio diante da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), através do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social e os serviços de proteção básica, reúne assistentes sociais e psicólogos que se tornam os agentes responsáveis pela (re)produção da política de Assistência Social enquanto uma instituição social que vem buscando vencer a concepção assistencialista, clientelista, de caridade e de ações desarticuladas com as demais políticas sociais (saúde, educação, trabalho e previdência social).

Conforme Salgado (2015), ser interdisciplinar não significa dissolver as disciplinas e especialidades, e sim respeitar e ter consciência dos limites específicos a cada campo do conhecimento. Considerando que os ambientes de atuação profissional, em geral, não apresentam espaços, condições e motivações para o estabelecimento de processos interdisciplinares de trabalho, os profissionais precisam construir estratégias que os favoreçam.

REFERÊNCIAS

- Barbosa. J. A. & Brisola E. M. A. (2013). **Interdisciplinaridade: a percepção dos trabalhadores sociais os centros de referência de assistência social (CRAS)**. *Revista UEPG*, Ponta Grossa, 21 (2), 297-209.
- Brasil. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília: MDS/SNAS.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004
- BRASIL. LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social -lei 8742, de 07 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- Conselho Federal Psicologia & Conselho Federal de Serviço Social. (2007). **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS; CFP.
- Cohn, Amélia. "O planejamento social no contexto de crise" **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, vol .5, nº 4, out./dez. 1991, pp. 43-49.
- Eidelwein, K. Psicologia e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.6 n. 2 p.298-313. jul./dez. 2007
- Gomes, A. C.; VECHI, C. A.; GOMES, A. D. **Estática romântica: textos doutrinários comentados**. São Paulo: Atlas, 1992.
- Iamamoto, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006
- Iamamoto, CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- Minayo M. C. S. (1994). Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Revista Saúde e sociedade**, São Paulo, 1994.
- Minayo M. C. S. (2010). Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação**, 2010.
- Mueller, R. R. (2006). **Educação como mercadoria: o processo de fetichização da interdisciplinaridade**
- Salgado F. F. (2015). **O Trabalho Interdisciplinar na Assistência Social: Análise da Experiência em um CRAS de Niterói - RJ**. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.
- Silva, C. S., SILVA, I. R.; BRUSTOLIN, M. L. & PESSINI, M. A. (2011). Algumas considerações sobre as influências do assistencialismo nas práticas psicológicas realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). *Akrópolis Umuarama*, 19 (1), 3-13. (53-56) **In: Trabalho, produção da existência e do conhecimento: o fetichismo do conceito de interdisciplinaridade**. 115f. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Senra C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Revista Psicologia & Sociedade**, 24 (2), 293-299.
- Netto, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**.]16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Raichelis, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

AGRADECIMENTOS

Sou inteiramente grata a Deus pelo dom da vida e as inúmeras oportunidades para que eu chegasse até onde eu estou hoje, pois sei que sem o seu toque divino nada seria possível.

Agradeço a minha família, meus pais, irmão, tias e primos, que dividiram comigo grandes alegrias ao longo da vida, que formaram o meu caráter, me influenciaram e me encorajaram, mostrando que tudo é possível. Destacando especialmente minha mãe, Luciete de Almeida Duarte Silva, que empenhou a sua vida inteira pela minha felicidade e bem-estar, sendo minha melhor amiga em todos os momentos que eu precisei, como professora, me incentivando a sempre seguir o caminho do conhecimento e principalmente nunca desistir dos meus sonhos, independente de qual seja ele. Ao meu pai, Marcus Aurélio Duarte Silva, o senhor foi essencial em todas as fases da minha vida, mas na graduação teve um peso extra me dando todo o suporte e incentivo necessário nessa fase.

Aos meus grandes amigos que me acompanham em todas as fases da vida, deixando a minha experiência nesse mundo ainda melhor. Em especial, as minhas amigas de graduação e moradia Anna Hellen, Ellen Khadija e Karla Queiroz, que desde o primeiro dia de Graduação estiveram comigo e se tornaram irmãs que eu não tive, obrigada meninas, por toda a vivência ao longo destes 4 anos.

À professora Ms. Thereza Karla, pelas leituras, ensinamentos e principalmente pela paciência e compreensão ao longo dessa orientação.

À banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso, por aceitarem o convite, saibam que vocês foram escolhidas por terem contribuído de maneira significativa no meu processo de formação.